

# Gigantes nas Alturas: uma reflexão sobre os sítios fortificados indeterminados “Altomedievais” no Noroeste Peninsular

## Giants in the Heights: a reflection on the undefined “Early Medieval” fortified settlements in the Northwest Iberian Peninsula

Mario Pereiro Fernández <sup>(1)</sup>

### Resumo

Nos últimos anos, o estudo da Alta Idade Média no Noroeste Peninsular tem registado avanços significativos, sobretudo no que respeita aos castelos altomedievais. Contudo, muitos sítios fortificados permanecem indeterminados, devido à escassez de evidências arqueológicas ou documentais que permitam um enquadramento cronológico e funcional claro. Frequentemente, estes locais são atribuídos, de forma genérica, à Alta Idade Média (séculos V-XI), baseando-se mais em suposições sobre o que parecem ser do que em provas concretas. A ausência de dados diretos dificulta a formulação de uma hipótese unificada para esta tipologia de sítios, tornando imprescindível aprofundar a investigação arqueológica e explorar novas abordagens que possibilitem um enquadramento individualizado mais preciso. Neste artigo analisam-se quatro casos paradigmáticos, tomados como amostra inicial, com o propósito de reflectir sobre esta problemática e delinear linhas de investigação que permitam, no futuro, um estudo mais abrangente.

**Palavras-chave:** *Gallaecia*, Noroeste Peninsular, Assentamentos fortificados, Arqueologia, Alta Idade Média

### Abstract

In recent years, research on the Early Middle Ages in the northwest Iberian Peninsula has made significant progress, particularly with regard to early medieval castles. Nevertheless, many fortified sites remain undetermined owing to the scarcity of archaeological or documentary evidence that would allow for a clear chronological and functional framework. These sites are often assigned generically to the Early Middle Ages (fifth–eleventh centuries), based frequently on assumptions about what they are not, rather than being grounded in concrete evidence. The absence of direct evidence complicates the formulation of a unified hypothesis for this type of fortified settlement, making it essential to deepen archaeological research and explore new approaches that enable a more precise individualized framework. This article examines four paradigmatic cases as an initial sample, with the aim of reflecting on this problem and outlining lines of enquiry that may lead, in the future, to a more comprehensive study.

**Keywords:** *Gallaecia*, Northwest Iberian Peninsula, Fortified Settlements, Archaeology, Early Middle Ages

(1) <https://orcid.org/0000-0002-7704-6088>

Grupo de investigação Sincrisis. Faculdade de Xeografía e Historia. CISPAC. Universidade de Santiago de Compostela  
[mario.pereiro@usc.es](mailto:mario.pereiro@usc.es)

# 1. Introdução

Nos últimos anos, o estudo da Alta Idade Média no Noroeste Peninsular tem avançado significativamente. Entre os elementos arqueológicos analisados, destaca-se a investigação sobre o uso das fortificações desde os últimos momentos do Império Romano até ao século XI (BARROCA, 2004; PEREIRO, 2024; TEJERIZO-GARCÍA & RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, 2021). No contexto da Europa altomedieval, essas estruturas têm sido amplamente estudadas como elementos fundamentais para o controlo social e económico do território (BAKER *et al.*, 2013; CHRISTIE & HEROLD, 2016). Apesar dos avanços alcançados, ainda existem numerosos sítios fortificados dispersos por todo o Noroeste Peninsular que apresentam, à primeira vista, características semelhantes: localizações de difícil acesso, grandes dimensões e, sobretudo, um silêncio absoluto no que diz respeito a evidências arqueológicas ou documentais que permitam o seu enquadramento cronológico e funcional. De modo geral, muitos desses sítios são atribuídos a uma realidade desconhecida da Alta Idade Média (séculos V-XI), sem dados suficientes para sustentar essas teorias, exceto pelo que pode ser simplesmente excluído – ou seja, pelo que se sabe que eles não poderiam ser (CURRÁS REFOJOS, 2018; PEREIRO FERNÁNDEZ, 2019).

Embora esse enquadramento cronológico seja plausível, consideramos necessário, à luz dos dados atuais, refletir e desenvolver uma hipótese o mais precisa possível, que leve em conta tanto as evidências disponíveis quanto os pontos ainda não esclarecidos pelas investigações anteriores. Esse exercício analítico não apenas contribuiria para um melhor entendimento do papel dessas fortificações, mas também permitiria avanços no estudo da organização social, do controlo territorial e das dinâmicas de poder que caracterizaram o Noroeste Peninsular no período compreendido entre os últimos momentos do Império Romano e a consolidação do reino da *Gallaecia*.

Este trabalho centra-se na análise arqueológica de quatro sítios fortificados localizados no Noroeste Peninsular, os quais, embora já identificados por investigações anteriores (no caso de Calcedónia e da Torre dos Mouros) ou incluídos em inventários de património arqueológico (como sucede com o Monte Aloia e o Castelo de Cerveira), carecem ainda de estudos sistemáticos. (Fig. 1). Estas fortificações

justificam plenamente o título deste trabalho, pois permanecem indeterminadas: a ausência de escavações – ou a escassez de resultados significativos, nalguns casos – impede determinar com precisão as suas fases de ocupação, a cronologia exacta de construção e abandono, assim como as funções que poderão ter desempenhado ao longo do tempo. Para cada sítio apresenta-se uma síntese que conjuga o trabalho de campo com a revisão bibliográfica, indicando-se explicitamente a proveniência de cada dado. Esta abordagem permite, ainda que de forma preliminar, esboçar hipóteses sobre a evolução construtiva e a funcionalidade dos locais e fornece um quadro de referência para futuras intervenções arqueológicas de maior fôlego.

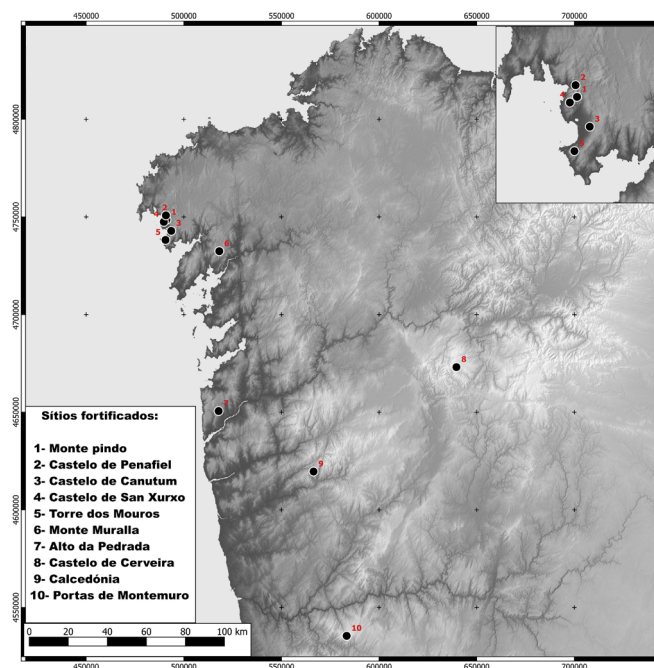


Fig. 1. Localização de todos os sítios fortificados mencionados no texto.

Fig. 1. Location of all the fortified sites mentioned in the text.

## 2. Grandes sítios fortificados no Noroeste Peninsular: um exemplo

### 2.1. A Fortaleza do Pindo

O rio Xallas é único na Europa continental, pois desagua no oceano Atlântico através de uma cascata conhecida como Fervença do Êzaro. A sul, encontra-se o extenso areal de Carnota, com aproximadamente 5 km de comprimento. Entre esses dois pontos, ergue-se a elevação conhecida como Monte Pindo, uma grande formação granítica que atinge uma altura máxima de 627 metros acima do nível do mar, numa área onde, com poucas exceções, o relevo raramente ultrapassa os 200 metros. Nas encostas norte e sudoeste, a meia altitude, localizam-se dois sítios arqueológicos medievais: os castelos de Penafiel e San Xurxo, respetivamente. Ambos possuem dimensões reduzidas, inferiores a meio hectare, e, até ao momento, não foram alvo de intervenções arqueológicas.

Porém, a Fortaleza do Pindo (Pindo, Carnota) encontra-se no cume do monte, abrangendo uma área de cerca de 25 hectares (Fig. 2). Este cume configura-se como um anfiteatro natural, onde a topografia cria um espaço rodeado por várias elevações graníticas, com encostas

escarpadas, deixando um espaço central mais plano. O sistema defensivo da fortificação adapta-se a esta morfologia natural, atuando apenas nas depressões com o objetivo de fechá-las, impedindo o acesso ao interior do recinto. A tipologia construtiva é homogénea ao longo de todo o perímetro, com muralhas que se apoiam nos grandes afloramentos graníticos, utilizando uma técnica ciclópica, e preenchendo o interior com alvenaria miúda e cascalho de granito. Observam-se marcas de extração nos afloramentos próximos aos diferentes trechos da muralha. É importante destacar que, de um perímetro de cerca de 2000 metros do recinto principal, foram construídos menos de 360 metros de muralha. A esses devem ser somados os trechos onde se localizam linhas duplas de muralha, totalizando apenas cerca de 100 metros adicionais. A presença dessas linhas duplas está relacionada com a existência de entradas, pelo menos nos setores leste e norte.

Entre essas três potenciais entradas, o esforço defensivo documentado no lado leste sugere que seria o acesso principal ao recinto. Antes de chegar à dupla muralha, passa-se por um ponto conhecido

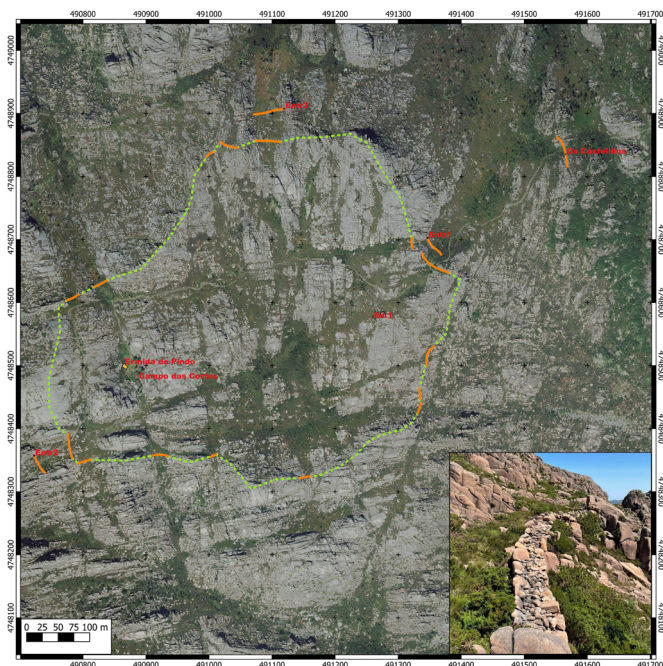


Fig. 2. Planimetria da fortaleza do Monte Pindo sobre ortofotografia, elaborada com base em prospeção e fotointerpretação. No canto inferior direito, imagem de um trecho da muralha (fotografia do autor).

Fig. 2. Plan of the Monte Pindo fortress overlaid on an orthophotograph, produced based on field survey and photo-interpretation. In the lower right corner, image of a section of the wall (photograph by the author).

como *Os Casteliños*, onde se documenta uma primeira linha de muralha, que teria a função de controle e primeira defesa desse caminho principal. Esta primeira linha defensiva foi também documentada em outros sítios arqueológicos semelhantes, como no caso de Castro Valente (PEREIRO FERNÁNDEZ & SÁNCHEZ-PARDO, 2022). Após atravessar *Os Casteliños*, acede-se ao sistema defensivo principal, onde, após superar uma depressão, é necessário ultrapassar duas linhas de muralha paralelas antes de entrar no interior da fortaleza.

No setor oeste, sob a elevação conhecida como A Moa, encontra-se uma depressão chamada Campo das Cortes, onde se localizam os restos de uma edificação conhecida como Ermida do Monte Pindo. Nas proximidades dessas ruínas, encontra-se uma inscrição num afloramento, identificada como “ERA 1140” (ano 1102 e.c.). Essa inscrição está relacionada com uma possível refundação do edifício religioso durante o período do Medievo Pleno. Esta teoria baseia-se em documentos altomedievais que mencionam, em 830, “in Carnota ecclesia Pintani in Sentes” (LÓPEZ FERREIRO, 1899: 6-8), ou em 942, “in Carinota Tabiru et Curis et Geneceo cum suo monte sacro” (ANDRADE CERNADAS, 1995: 7-13). Apesar dessas referências pouco precisas, e mesmo considerando que este edifício religioso já existia no século IX, é difícil estabelecer uma relação direta entre a sua construção e uso e a ocupação da fortaleza. Parece tratar-se de um aproveitamento posterior do espaço para a sua instalação.

Não existem dados sobre a ocorrência de cultura material móvel no recinto que permitam formular uma hipótese cronológica. O que foi localizado na *Cova do Acibro*, situada a cerca de 1000 metros da muralha sudoeste, ladeira abaixo, é um fragmento de cerâmica “de cor negra, com uma crosta de carvão aderida”, datado, segundo os descobridores, do século IV.<sup>(1)</sup> Numa outra fenda não identificada, apareceu cerâmica pré-histórica.<sup>(2)</sup> Assim como nas construções já descritas, não é possível correlacionar essas descobertas casuais com a construção e ocupação da fortaleza.

Um dado relevante para situar cronologicamente a Fortaleza do Monte Pindo é a existência de vários castelos altomedievais nas suas proximidades, para os quais existem referências documentais a partir do século XI (Fig. 3). Em 1028, Vermudo III concede à Igreja de Santiago de Compostela os lugares de “Sanctum Iurgium et Canetum cum omnibus suis commissis in ipso territorio habitantibus” (LUCAS ÁLVAREZ, 1998: 186-188). Esses dois topónimos correspondem a dois castelos: San Xurxo, localizado na encosta sul do Monte Pindo, e *Canetum*, situado no centro da planície costeira de Carnota. Na encosta norte do Pindo, encontra-se também o Castelo de Penafiel. Estes três castelos parecem compartilhar uma origem semelhante, situando-se no final da Alta Idade Média (século X), com uso prolongado por vários séculos. Contudo, sua morfologia e tamanho diferem da Fortaleza do Monte Pindo, assemelhando-se mais a outros castelos documentados no Ocidente galaico, como os de Portomeiro (SÁNCHEZ-PARDO *et al.*, 2024) ou Vermoim (QUEIROGA, 2018). O silêncio documental direto sobre a Fortaleza do Monte Pindo pode sugerir uma cronologia anterior, remontando, pelo menos, ao século IX. A primeira menção direta ao Monte surge em um documento datado de 942, onde é referido como



Fig. 3. Localização das fortalezas e castelos situados na contorna do areal de Carnota sobre ortofotografia.

Fig. 3. Location of the fortresses and castles situated in the vicinity of the Carnota beach over an orthophotograph.

“monte sacro”. É plausível considerar que, caso uma fortaleza com as características descritas estivesse em uso na época, haveria referências explícitas a ela nos registros documentais disponíveis.

## 2.2. A Torre dos Mouros

A Torre dos Mouros (Fig. 3) localiza-se em um monte ao sul da praia de Carnota, no extremo oposto ao Monte Pindo. Esta fortaleza está inserida entre grandes afloramentos graníticos, adaptando a sua extensão não apenas a uma lógica defensiva, mas também às possibilidades oferecidas pelo espaço natural. Embora a área total da fortaleza não ultrapasse dois hectares, o espaço útil dentro das muralhas – ou seja, aquele que não é ocupado por afloramentos rochosos ou que

(1) [https://www.lavozdegalicia.es/noticia/sociedad/2017/02/11/pasado-oculto-monte-pindo/0003\\_201702G11P29992.htm](https://www.lavozdegalicia.es/noticia/sociedad/2017/02/11/pasado-oculto-monte-pindo/0003_201702G11P29992.htm) (Última consulta em 10/11/2024).

(2) [https://www.lavozdegalicia.es/noticia/carballo/2016/02/17/monte-do-pindo-resucita-historia/0003\\_201602C17C6991.htm](https://www.lavozdegalicia.es/noticia/carballo/2016/02/17/monte-do-pindo-resucita-historia/0003_201602C17C6991.htm) (Última consulta em 10/11/2024).

não apresenta grande inclinação – atinge apenas cerca de 8.000 m<sup>2</sup>. A fortaleza foi escavada em 2012 como parte de um projeto pioneiro de arqueologia pública na Galiza (FERNÁNDEZ MALDE, 2012; GAGO MARIÑO *et al.*, 2013). Essa intervenção permitiu documentar a extensão do recinto e realizar diversas sondagens no seu interior.

O recinto fortificado da Torre dos Mouros (Fig. 4) é composto por uma série de muros paralelos que circundam toda a fortaleza,

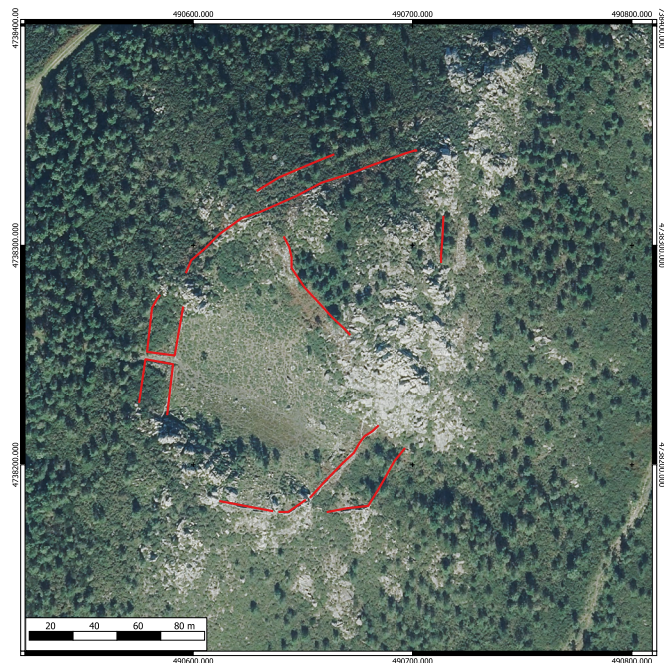


Fig. 4. Planimetria da Torre dos Mouros sobre ortofotografia, elaborada com base na bibliografia (Fernández Malde, 2012).

Fig. 4. Plan of the Torre dos Mouros over an orthophotograph, created based on the bibliography (Fernández Malde, 2012).

intercalando-se com afloramentos graníticos. O estado geral de conservação das estruturas defensivas é muito bom, com alturas preservadas superiores a um metro e larguras variáveis entre três e cinco metros. Em uma das sondagens realizadas junto à muralha sudeste, foi documentada uma altura total desta de quase quatro metros.

O interior da fortaleza está fisicamente dividido em dois espaços, separados por uma muralha. O recinto superior, de menor dimensão, localiza-se na zona norte da fortaleza. Esta área delimitada é bastante íngreme, sem estruturas internas documentadas. Já o recinto inferior, de maior extensão, inclui a zona mais plana e concentra os diferentes edifícios identificados (Fig. 5). O acesso a este recinto é feito pelo setor oeste, através de uma estrada empedrada ladeada por muros, que atravessa as duas linhas de muralhas. Este sistema de acesso é perfeitamente visível desde a costa, situada a mais de um quilómetro e meio de distância. Tanto



Fig. 5. Fotografias da entrada principal à Torre dos Mouros (Fernández Malde, 2012: 12).  
Fig. 5. Photographs of the main entrance to the Torre dos Mouros (Fernández Malde, 2012: 12).

através das sondagens realizadas quanto pelos resultados obtidos com o gradiómetro, foram identificadas várias estruturas internas. A estrutura melhor documentada corresponde a uma construção de planta circular encostada à muralha sudeste.

A intervenção arqueológica na Torre dos Mouros permitiu, segundo seus investigadores, descartar a hipótese inicial de que o sítio estivesse cronologicamente associado à Idade do Bronze ou do Ferro (FERNÁNDEZ MALDE, 2012: 64-68), apontando para uma possível ocupação altomedieval como principal interpretação. Assim como o Monte Pindo, a Torre dos Mouros constitui um espaço fortificado distinto de outros castelos altomedievais nas proximidades (como San Xurxo, Canutum ou Penafiel) e não é mencionada em documentos medievais. Portanto, é possível considerar que, à semelhança do verificado no Monte Pindo, a principal fase de ocupação da fortaleza tenha ocorrido antes do século IX. Outra possibilidade, defendida pela equipa de trabalho arqueológico, sugere que a Torre dos Mouros pode ter sido “um sistema defensivo adotado por comunidades sem outro amparo” (GAGO MARIÑO *et al.*, 2013: 297), ou seja, utilizado como defesa contra ataques, como os realizados por invasores nórdicos, direcionados às comunidades camponesas.

## 2.3. O Castelo de Cerveira

O Alto de Cerveira, localizado em Chandrexa de Queixa no Maço Central Galego, é uma elevação a 1540 metros de altitude, rodeada por vales profundos e escarpas (Fig. 6). A norte e a leste é delimitado pelo rio Cerveira, e a sul pelo corgo de Berganzo. No topo, encontra-se o sítio arqueológico conhecido como Castelo de Cerveira, que nunca foi escavado, mas é um local de visita, com várias descrições publicadas sobre ele (FERNÁNDEZ NOGUEIRA, 2010; LOSADA, 2014).

Além de sua localização e dificuldade de acesso, que exigem uma subida íngreme pelas escarpas desde o fundo do vale, uma das características mais surpreendentes deste sítio arqueológico é a sua boa conservação. Isso deve-se ao facto de que, devido à própria dificuldade

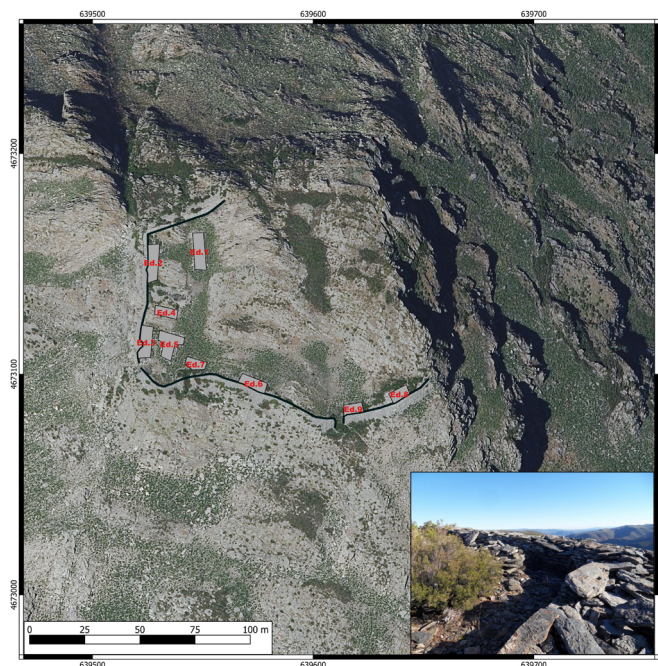


Fig. 6. Planimetria do Castelo de Cerveira sobre ortofotografia, elaborada com base na bibliografia (Fernández Nogueira, 2010) e na fotointerpretação. No canto inferior direito, imagem de um edifício e um troço da muralha ([patrimoniogalego.org](http://patrimoniogalego.org)).  
Fig. 6. Plan of the Castelo de Cerveira over an orthophotograph, created based on the bibliography (Fernández Nogueira, 2010) and photointerpretation. In the lower right corner, image of a building and a section of the wall ([patrimoniogalego.org](http://patrimoniogalego.org)).

de acesso, não se documentaram fases de espoliação que tenham retirado material de construção, e, devido à sua implantação, não ocorreu um grande processo de sedimentação que tenha coberto as estruturas.

Aproveitando a fortaleza natural do espaço escolhido para o assentamento, esta foi reforçada com a construção de uma robusta estrutura de quase 2 metros de largura, que aumenta para 3 metros na zona sudeste do recinto. A muralha percorre os setores sul, oeste e noroeste, ficando o recinto delimitado no setor leste pela escarpada encosta, que em alguns pontos se transforma num precipício acentuado. Isso resulta na conformação de uma planta com forma aproximada de retângulo, com medidas de cerca de 90 metros por 130 metros. Identificam-se três possíveis acessos na muralha: dois próximos aos cantos noroeste e sudoeste do recinto, e o terceiro no setor sul. Todos parecem ter a mesma largura, cerca de 3 metros. Documentaram-se, ainda, construções exteriores a esses acessos, como rampas e muros, que podem ser descritos como possíveis acessos em clavícula (FERNÁNDEZ NOGUEIRA, 2010: 125). Esse conjunto, juntamente com a localização, reforça o sistema defensivo do castelo.

O espaço intramuros está fortemente influenciado pela morfologia do substrato natural, criando várias faixas. Estas configuram-se como três elevações dispostas no eixo norte-sul, rochosas e escarpadas, com as faixas intermédias quase planas. Na elevação situada a oeste, encontra-se a maior concentração de edifícios interiores. Alguns destes edifícios estão encaixados contra a muralha, enquanto outros estão isolados. Conservam-se até uma dezena de edifícios sob os potentes desmoronamentos de pedra. As dimensões variam entre 6,50 por 3,70 metros e 10 por 5 metros. Identificaram-se várias fases construtivas, com base nas tipologias de construção e nos estados de conservação (FERNÁNDEZ NOGUEIRA, 2010: 126).

Segundo publicam os autores, durante as diversas visitas ao Castelo, não foi encontrado material móvel que permitisse formular hipóteses sobre a funcionalidade ou cronologia deste recinto fortificado. Apenas na visita descrita por Miguel Losada, em 2013<sup>(3)</sup>, foram mencionadas escórias de ferro, mas sem a indicação precisa da localização, não ficando claro se foram encontradas no interior do recinto. Na ausência de evidências concretas, torna-se difícil propor um enquadramento cronológico definitivo. Contudo, a dificuldade de acesso ao cume onde o sítio fortificado se encontra sugere uma clara necessidade, por parte dos seus construtores e ocupantes, de dominar estrategicamente esse espaço. Trata-se de um território que, até há poucas décadas, era dedicado à atividade pecuária. Portanto, seria plausível sugerir que o controle dessa atividade pudesse estar relacionado com a função original deste sítio arqueológico.

## 2.4. O recinto de Calcedónia

No sudoeste da Serra do Gerês, encontra-se a Fenda da Calcedónia, um relevo residual entre os rios Homem e Cávado. A região é coberta por afloramentos de granito, mas, neste ponto específico, os processos geológicos criaram um espaço delimitado. A área é formada por duas elevações dispostas ao longo do eixo leste-oeste e uma terceira, a oeste, orientada no eixo norte-sul (Fig. 7). A extensão total é de cerca de cinco hectares, mas considerando apenas a área sem afloramentos, o espaço útil não ultrapassa dois hectares. Desníveis e grandes rochas graníticas são comuns na área interior do sítio fortificado, o que se assemelha a outras fortificações previamente mencionados.

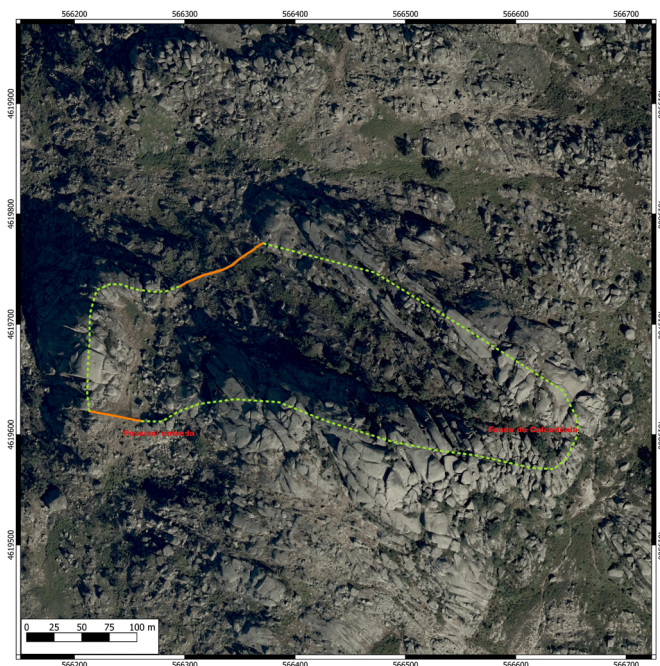


Fig. 7. Planimetria da fortaleza de Calcedónia sobre ortofotografia, elaborada com base na bibliografia (Corrêa & Teixeira, 1946) e na fotointerpretação.

Fig. 7. Plan of the Calcedónia Fortress over an orthophotograph, created based on the bibliography (Corrêa & Teixeira, 1946) and photointerpretation.

Os três grandes afloramentos (norte, sul e oeste) na Fenda da Calcedónia deixam apenas três aberturas. A primeira, de menor dimensão, corresponde à própria fenda, que dá nome ao sítio arqueológico. Trata-se de uma passagem difícil, exigindo escalada em alguns pontos. As outras duas, localizadas nos cantos noroeste e sudoeste, possuem dimensões superiores, com distâncias de 85 e 45 metros, respectivamente. Estas encontram-se bloqueadas por grandes muros de alvenaria mista, composta por pedra de pequeno porte disposta irregularmente e blocos graníticos de grandes dimensões. As muralhas apresentam uma largura média de cerca de dois metros, com alturas que atingem até 4 metros em algumas áreas (Fig. 8).

Intramuros, na zona nordeste, em direção à fenda, encontram-se vestígios de um conjunto de oito edificações retangulares, com paredes duplas e espessura aproximada de 60 centímetros. As dimensões dessas construções são de 5 por 8 metros. Estruturas semelhantes são mencionadas em outros pontos do interior da muralha. Na publicação de Corrêa e Teixeira é mencionada a realização de escavações, durante as quais foram identificados fragmentos de *tegulae*, *imbrices* e cerâmica lisa. (CORRÊA & TEIXEIRA, 1946: 219).

Embora o recinto fortificado da Fenda da Calcedónia seja classificado como de uma fase proto-histórica ou romana, as suas características de implantação e morfologia diferem das de outros assentamentos fortificados da mesma época nas proximidades. A ausência de dados arqueológicos concretos impede uma atribuição cronológica precisa; no entanto, a sua localização e configuração apontam para uma provável datação altomedieval (Currás Refojos, 2018: 197).

(3) <https://sociedadeantropologicagalega.wordpress.com/2013/10/15/o-enigma-do-castelo-de-cerveira/> (Última consulta em 10/11/2024)

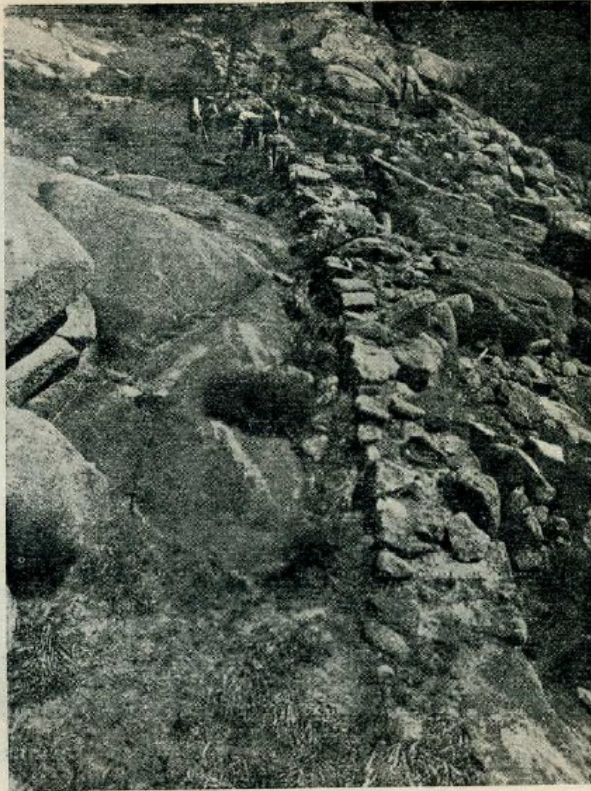


FIG. 5. — Vista actual da muralha que limitava o recinto da Calcedónia pelo lado sul

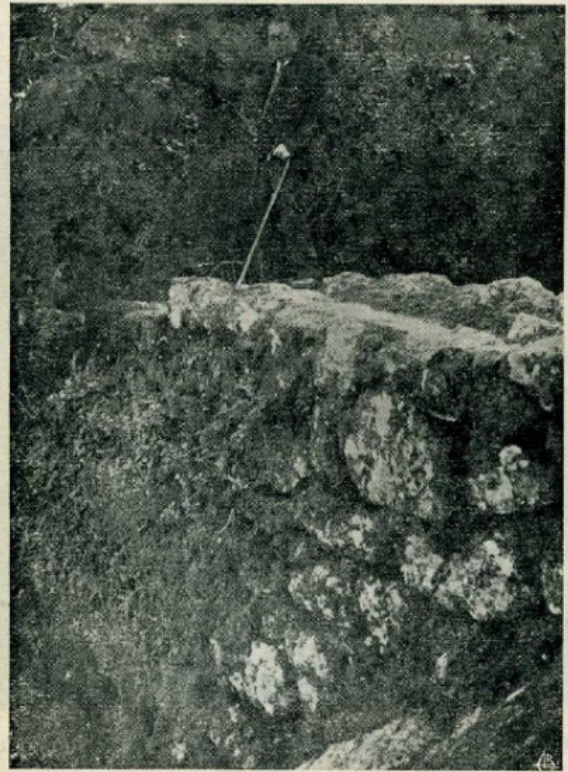


FIG. 4. — Outro aspecto da mesma muralha, junto do local onde se situava a entrada e donde partia a calçada referida pela tradição popular



Fig. 8. Acima, imagens das muralhas de Calcedónia (Corrêa & Teixeira, 1946). Abaixo, fotografia recente da muralha noroeste (Autoria de: Denis, 2024).

Fig. 8. Above, images of the Calcedónia walls (Corrêa & Teixeira, 1946). Below, a recent photograph of the northwest wall (Author: Denis, 2024).

### 3. Discussão e Conclusões

Os quatro sítios fortificados apresentados neste estudo destacam-se, sobretudo, pela sua localização e pelas suas particularidades morfológicas. A combinação desses fatores afasta-os das tipologias habitualmente reconhecidas no Noroeste Peninsular, como os povoados da Idade do Ferro (CURRÁS REFOJOS, 2019; GONZÁLEZ-RUIBAL, 2006), as fortificações militares romanas (COSTA-GARCÍA *et al.*, 2019) ou os castelos altomedievais (PEREIRO FERNÁNDEZ, 2024; SÁNCHEZ-PARDO *et al.*, 2024). Como já assinalado por Currás Refojos (2018: 197), a morfologia e a implantação topográfica destes locais divergem dos padrões associados aos núcleos domésticos proto-históricos de base agro-pastoril. Também a sua inserção no contexto da ocupação imperial romana parece pouco plausível, salvo se tivessem desempenhado funções militares — hipótese improvável devido à difícil acessibilidade e às suas características estruturais.

Importa sublinhar que o posicionamento desses sítios fortificados semelha não ser aleatório, constituindo um elemento fundamental para a sua correta interpretação no contexto histórico em que se inserem. Considera-se que fatores como a visibilidade sobre o território envolvente, o controlo de áreas produtivas e/ou de vias de comunicação, bem como o acesso a recursos naturais, desempenham um papel determinante na decisão da sua implantação por parte dos seus construtores (BARROCA, 2004; PEREIRO FERNÁNDEZ, 2024; SÁNCHEZ-PARDO, 2012). Igualmente relevante é a relação estabelecida com outros assentamentos contemporâneos. No entanto, esta última dimensão permanece, por ora, difícil de precisar, na medida em que persistem incertezas cronológicas que inviabilizam uma análise mais rigorosa dessas interações.

Enquanto locais como o Pindo ou a Torre dos Mouros parecem evidenciar uma intenção clara de exercer controlo sobre os fluxos costeiros e as comunicações em direção ao interior, sugerindo assim um componente estratégico de domínio territorial, o caso do Castelo de Cerveira revela uma lógica distinta. A sua localização num ponto elevado de difícil acesso pode ser interpretada como uma resposta defensiva dum comunidade face um contexto de instabilidade, cumprindo mais uma função relacionada com o controlo de uma zona de transumância pecuária e de difícil penetração. Situação análoga observa-se na fortificação de Calcedónia, implantada num corredor natural situado entre cursos de água e delimitada por elevações, o que igualmente aponta para a intenção de controlar uma área de passagem obrigatória entre vales interiores.

Para além das características construtivas, o critério de implantação destes sítios responde a padrões recorrentes, provavelmente associados a funções de defesa comunitária, simbolismo ou organização socioeconómica, próprios de contextos marcados por processos de transição e reconfiguração territorial. Neste sentido, a adoção de uma perspectiva territorial mais explícita poderá enriquecer a interpretação e abrir novas possibilidades para compreender os padrões de comportamento das comunidades que ocuparam estes lugares, mais para isto é necessário conhecer quando foram ocupados estes sítios fortificados.

Por fim, o conhecimento atual sobre as tipologias de castelos altomedievais no Noroeste da Península Ibérica (séculos IX-XI) permite identificar semelhanças relevantes com os grandes recintos fortificados aqui analisados, nomeadamente no que respeita à escolha de locais de difícil acesso, o amplo controlo visual da envolvente e das principais vias de comunicação, bem como ao aproveitamento das condições naturais para a construção do espaço fortificado. Contudo, também se observam diferenças significativas, sendo a mais notável a discrepância quanto à

extensão das estruturas. Os castelos altomedievais galaicos raramente ultrapassam meio hectare de área fortificada, ficando muito aquém do menor dos recintos aqui mencionados. Esta reduzida dimensão parece estar associada à funcionalidade específica destas pequenas fortificações, destinadas ao controlo territorial, à supervisão das comunidades camponesas e à gestão dos meios de produção na pequena escala (PEREIRO FERNÁNDEZ, 2024). Essas dinâmicas contrastam com as que se observam nos grandes recintos, nos quais tais lógicas podem não desempenhar um papel central. É, portanto, evidente a necessidade de intervenções arqueológicas sistemáticas que forneçam dados sobre esses espaços fortificados, uma vez que, até o momento, apenas se pode afirmar aquilo que eles não são. Duas hipóteses principais emergem nesse quadro de incerteza:

Por um lado, coloca-se a possibilidade de uma origem pré-histórica, com eventuais reocupações posteriores. Esta hipótese foi recentemente confirmada no sítio arqueológico do Castelo (Vilar de Barrio, Ourense).<sup>(4)</sup> Este complexo, com cerca de 16 hectares, tem revelado, após diversas campanhas de escavação, uma ocupação contínua ao longo de diferentes períodos históricos e uma funcionalidade multifacetada. A origem do recinto fortificado remonta aparentemente à Idade do Bronze, com vestígios de estruturas interpretadas como cabanas. Na Idade do Ferro, um castro reocupou parcialmente o local, com a construção de um novo recinto. Durante a época da conquista romana, o sítio parece ter sido novamente utilizado, possivelmente por forças militares. Finalmente, na Idade Média, foi implantado o castelo de San Xoán de Bara, cuja localização exata ainda necessita de ser identificada no interior do complexo. Num primeiro momento, aparenta que os quatro sítios aqui analisados não apresentam uma ocupação tão complexa quanto a do Castelo de San Xoán. No entanto, não se pode descartar a possibilidade de que, em alguns desses espaços, haja traços ou indícios de um padrão semelhante.

Por outro lado, a hipótese mais clássica associa a origem e a funcionalidade desses recintos ao intervalo cronológico compreendido entre o final do Império Romano (início do séc. V) até à conquista do Noroeste Peninsular pelo Reino da *Gallaecia* (séc. IX-X). No seio destes cerca de quatro séculos, emergem diversas possibilidades interpretativas. A mais tradicional consiste em relacionar estes sítios com os *castella tutiora* mencionados por Idácio (LÓPEZ QUIROGA & LOVELLE, 1999), embora os estudos mais recentes apontem para a reocupação de castros proto-históricos como a fórmula mais comum de adaptação defensiva das comunidades (PEREIRO FERNÁNDEZ, 2022; TEJERIZO-GARCÍA & RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, 2021). Uma segunda abordagem sugere que esses recintos possam ter funcionado como estruturas de controlo territorial, já durante momentos mais consolidados do período (séc. VI-VII), conforme proposto para o Alto Mondego (TENTE, 2012) ou Castela onde destacam os sítios de Pena Amaya (QUINTANA LÓPEZ, 2017) ou Tedeja (LECANDA ESTEBAN, 2019). Uma terceira possibilidade considera esses grandes espaços defensivos como refúgios temporários para comunidades camponesas, em resposta a ameaças externas, como ataques militares ou incursões de vikings ou muçulmanos (GAGO MARIÑO *et al.*, 2013: 297).

Para concluir, é relevante destacar que, embora esses grandes recintos fortificados — juntamente com outros semelhantes, como a Muralha das Portas do Montemuro (Castro Daire, Viseu) (PINHO *et al.*, 1998), o Monte da Pedrada (Tomiño, Pontevedra), o Castro Valente (Padrón, A Coruña) (PEREIRO FERNÁNDEZ & SÁNCHEZ-PARDO, 2022), o Monte Aloia (Tui, Pontevedra) (PEREIRO FERNÁNDEZ, 2019) ou o Monte Muralla (Rianxo, A Coruña) — apresentem um padrão morfológico aparentemente

(4) Informações provenientes de: “Toda a historia que pode entrar em 16 hectáreas” <https://culturagalega.gal/noticia.php?id=36423> (Última consulta em 27/11/2024).

homogéneo e coerente, os dados arqueológicos atualmente disponíveis não permitem afirmar com segurança que sejam sincrónicos (CURRÁS REFOJOS, 2018). Essa limitação, a nosso ver, inviabiliza a formulação de uma hipótese unificadora sobre a origem e função destes recintos fortificados. Torna-se, assim, evidente a urgência de futuras investigações arqueológicas nesses sítios, que permitam, na medida do possível, a

obtenção de dados empíricos capazes de sustentar propostas consistentes de enquadramento cronológico e funcional. Até que isso seja alcançado, resta-nos formular hipóteses e interpretações provisórias, com base nos limitados elementos atualmente disponíveis, como procurámos demonstrar ao longo da presente análise.

## Bibliografia

- ANDRADE CERNADAS, J. M. 1995. *O tombo de Celanova: estudio introductorio, edición e índices*, (ss. IX-XII). Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega.
- BAKER, J.; BROOKES, S.; REYNOLDS, A. (eds.) 2013. *Landscapes of Defence in Early Medieval Europe*. Turnhout: Brepols Publishers.
- BARROCA, M. J. 2004. Fortificações e Povoamento no Norte de Portugal (Séc. IX a XI). *Portugalia*, 25: 181–203.
- CHRISTIE, N. & HEROLD, H. 2016. *Fortified Settlements in Early Medieval Europe: Defended Communities of the 8th-10th Centuries*. Oxford: Oxbow Books.
- CORRÊA, A. A. M. & TEIXEIRA, C. 1946. A lenda e as ruínas da «Calcedónia», na Serra do Gerês. *Minia*, I (III, IV): 212–222.
- COSTA-GARCÍA, J. M.; FONTE, J.; GAGO MARIÑO, M. 2019. The reassessment of the Roman military presence in Galicia and Northern Portugal through digital tools: archaeological diversity and historical problems. *Mediterranean Archaeology and Archaeometry*, 19 (3): 17–49. DOI <https://doi.org/10.5281/zenodo.3457524>
- CURRÁS REFOJOS, B. X. 2018. Recintos fortificados de cronología indeterminada en el valle del Baixo Miño: apuntes para una interpretación histórica. In: J. LÓPEZ QUIROGA (Coord.), *In tempore sueborum. El tiempo de los suevos en la Gallaecia (411-585), el primer reino medieval de Occidente: volumen de estudios*. Deputación Provincial de Ourense: 195–300.
- CURRÁS REFOJOS, B. X. 2019. *Las sociedades de los castros entre la Edad del Hierro y la dominación de Roma: estudio del paisaje del Baixo Miño*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- FERNÁNDEZ MALDE, A. 2012. *Memoria das sondaxes arqueolóxicas e limpeza do xacemento de Torre dos Mouros (Lira, Carnota)*. Memória de intervención arqueológica. Santiago de Compostela: Servizo de Patrimonio da Xunta de Galicia.
- FERNÁNDEZ NOGUEIRA, F. X. 2010. Excursión a Pradoalbar e ao Castelo da Cerveira. *Glaucopis: Boletín Del Instituto de Estudios Vigüeses*, 15: 105–134.
- GAGO MARIÑO, M.; FERNÁNDEZ MALDE, A.; AYÁN VILA, X. M.; TOURAL, C. 2013. A Torre dos Mouros (Lira, Carnota) Una experiencia de ciencia en comunidad y comunicación en directo. In: J. ALMANSA SÁNCHEZ (Coord.), *Arqueología Pública en España*. JAS Arqueología Editorial: 291–316.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, A. 2006. Galaicos. Poder y Comunidad en el Noroeste de la Península Ibérica (1200 a.C. - 50 d.C.). *Brigantium: Museu Arqueológico e Histórico Da Coruña*, 18/19.
- LECANDA ESTEBAN, J. Á. 2019. Territorio, guerra, fronteras y castillos: Castilla, la fortificada frontera oriental de Asturias. *Anejos de Nihilos: Estudios Interdisciplinarios de Arqueología*, 5: 323–372.
- LÓPEZ FERREIRO, A. 1899. *Historia de la Santa A. M. Iglesia de Santiago de Compostela. Tomo 2*. Santiago de Compostela: Seminario Conciliar Central da Catedral de Santiago de Compostela.
- LÓPEZ QUIROGA, J. & LOVELLE, M. R. 1999. Castros y Castella Tutiora de época sueva en Galicia y norte de Portugal. Ensayo de inventario y primeras propuestas interpretativas. *Hispania Antiqva*, XXIII: 355–374.
- LOSADA, M. 2014. Viaxe ó Castelo de Cerveira. Parte primeira. *Fol de Veleno. Anuario de Antropoloxía e Historia de Galiza*, 4: 195–216.
- LUCAS ÁLVAREZ, M. 1998. *Tumbo A de la catedral de Santiago. Estudio y edición*. Santiago de Compostela: Seminario de Estudos Galegos, Cabildo de la S.A.M.I. Catedral.
- PEREIRO FERNÁNDEZ, M. 2019. O recinto fortificado do Monte Aloia. Un gigante altomedieval esquecido. *Lucentum*, 38: 379–395. DOI <https://doi.org/10.14198/LVCENTVM2019.38.18>
- PEREIRO FERNÁNDEZ, M. 2022. La articulación del paisaje posromano en la Gallaecia del s. V. Una aproximación a través de las evidencias arqueológicas. In: Á. CARVAJAL CASTRO & C. TEJERIZO-GARCÍA (Coord.), *El Estado en la Alta Edad Media: Nuevas aproximaciones teóricas y metodológicas*. Bilbo: Euskal Herriko Unibertsitatea, Argitaipen Zerbitzua: 149–164.
- PEREIRO FERNÁNDEZ, M. 2024. By order of the king? Castles in Gallecia in the Early Middle Ages (ninth-tenth centuries). *Journal of Medieval Iberian Studies*: 1–20. DOI <https://doi.org/10.1080/17546559.2024.2412761>
- PEREIRO FERNÁNDEZ, M. & SÁNCHEZ-PARDO, J. C. 2022. Buscando un castillo altomedieval entre la vegetación. El caso de Castro Valente (Padrón, Galiza). *Cuadernos de Arqueología de La Universidade de Navarra*, 30 (2): 55–72. DOI <https://doi.org/10.15581/012.30.2.004>
- PINHO, L. M. S.; LIMA, A. M. C.; CORREIA, A. L. 1998. *Roteiro Arqueológico de Cinfães*. Câmara Municipal de Cinfães/Pronorte.
- QUEIROGA, F. R. 2018. O Castelo de Vermoim. Notas sobre a sua estrutura e implantação. In: M. J. BARROCA & A. C. FERREIRA DA SILVA (Coords.), *Mil Anos da Incursão Normanda ao Castelo de Vermoim*. Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória: 185–214.
- QUINTANA LÓPEZ, J. 2017. *El castro de Peña Amaya (Amaya, Burgos): del Nacimiento de Cantabria al de Castilla*. Santander: Instituto de Prehistoria y Arqueología “Sautuola”.
- SÁNCHEZ-PARDO, J. C. (2012). Castros, castillos y otras fortificaciones en el paisaje sociopolítico de Galicia (siglos IV-XI). In: J. A. QUIRÓS CASTILLO & J. M. TEJADO SEBASTIÁN (Eds.), *Los castillos altomedievales en el noroeste de la península ibérica*. Bilbo, Euskal Herriko Unibertsitatea, Argitaipen Zerbitzua: 29–55.
- SÁNCHEZ-PARDO, J. C.; PEREIRO FERNÁNDEZ, M.; ALONSO-TOUCIDO, F.; CÉSAR VILA, M. 2024. La materialidad de un poder altomedieval. Estudio arqueológico de O Castelo de Portomeiro (Val do Dubra, A Coruña). *Archivo Español de Arqueología*, 97: 722. DOI <https://doi.org/10.3989/aespa.097.024.722>
- TEJERIZO-GARCÍA, C. & RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, C. 2021. Más allá de los castella tutiora: la ocupación de asentamientos fortificados en el Noroeste Peninsular (siglos IV-VI). *Gerión. Revista de Historia Antigua*, 39(2): 717–745. DOI <https://doi.org/10.5209/geri.78125>
- TENTE, C. 2012. Settlement and society in the Upper Mondego Basin (centre of Portugal) between the 5th and the 11th centuries. *Archeologia Medievale*, 39: 385–398.